

A evolução chegou à educação

MEC autoriza mestrado e doutorado a distância no Brasil

Com pelo menos duas décadas de atraso, finalmente, no dia 12 de dezembro de 2017, o MEC publicou a Resolução n. 7, que estabelece as normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) nas modalidades presencial e a distância.

Há tempos vemos e vivemos um verdadeiro fetiche das mais variadas instituições para uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) nos mais diversos cenários da educação brasileira. Como já dito em artigos anteriores nesta renomada publicação, mesmo com todo alarde, pouco se tem de concreto para garantir a capilaridade e profundidade necessárias à adoção generalizada dessa nova modalidade na Educação Básica.

No entanto, com a medida, o MEC finalmente toma uma decisão que pode ajudar na ampliação para formação de novos pesquisadores (doutores e mestres), alcançando os mais longínquos rincões de nosso País. De acordo com a legislação vigente, os cursos de mestrado e doutorado são orientados ao desenvolvimento da produção intelectual comprometida com o avanço do conhecimento e de suas interfaces com o bem econômico, a cultura, a inclusão social e o bem-estar da sociedade.

O amigo leitor pode julgar dúbio meu pensamento. No entanto, é preciso lembrar que, ao falarmos de mestres e doutores, estamos falando de uma parcela mínima da população que já tem (ou deveria ter) maturidade suficiente para compreender as especificidades necessárias à adoção da EaD, ao contrário de nossos jovens adolescentes que, em sua maioria, ainda não apresentam sequer hábitos que facilitem o uso dessa tecnologia para sua aprendizagem.



Demerval Bruzzi
Doutor em Educação, graduando em Psicologia. Ex-diretor do Ministério da Educação



De acordo com César Coll e Carles Monereo, existe hoje por parte de governos e instituições uma transformação na forma de pensar a educação a partir das possibilidades oferecidas pelas TICs. Para eles, de todas as tecnologias criadas pelos homens nos últimos 50 anos, pelo menos, as relacionadas com a capacidade de representar e transmitir informações (ou seja, as TICs) têm especial importância por atingirem praticamente todas as atividades humanas, mudando drasticamente, nos últimos anos, desde as práticas de organização social até a forma como organizamos, compreendemos e retransmitimos as informações.

Considerando que todas as TICs têm possibilidades de utilizar símbolos, linguagem oral e escrita, mensagens e imagens estáticas ou em movimento para representar a informação que se deseja transmitir, é mais do que natural sua adoção pela educação. No entanto, é de suma importância que as instituições de ensino respeitem as diferenças existentes entre as mais diferentes TICs quanto a suas possibilidades e limitações, tais como representação e transmissão das informações, velocidade e quantidade de informação a ser transmitida, formas de acessibilidade etc.

São exatamente as limitações que vão garantir o sucesso ou não dos recém-aprovados cursos de mestrado e doutorado a distância. É necessário também um repensar metodológico, ou seja, os atores educacionais envolvidos nesse processo devem passar a considerar as metodologias heutagógicas e andragógicas nos desenhos de seus cursos.

Nesse sentido, corroboro as ideias de Coll e Monereo, que afirmam que a interação entre a mente dos agentes educacionais, aliada a um sistema complexo de processamento e transmissão de informações, será o grande agente modificador das ferramentas, cenários e finalidades da educação que esperamos há décadas.



Afinal de contas, o acesso à tecnologia já faz parte de nossas vidas. De acordo com o Comitê Gestor da Internet no Brasil, 96% das escolas públicas têm acesso à internet (em 2013 eram 97%), e 93% das residências têm celular com internet, ou seja, o acesso já existe. Tais números representam o crescimento da mobilidade das pessoas em um mundo no qual as distâncias estão mais reduzidas, em decorrência do aumento da heterogeneidade dos meios de comunicação e informação.

Assim sendo, me pergunto, diante desse novo cenário que aporta em nossas vidas, onde a tecnologia não mais se faz presente, e sim cria o presente: quais são as novas competências que deveremos ter para minimamente podermos enfrentar os processos de mudanças e transformações pelos quais temos passado?

Ao contrário do ocorrido com a implementação das TICs na Educação Básica, a sua utilização nos cursos *stricto sensu* tem mais possibilidades de sucesso se considerarmos, respeitarmos e utilizarmos os métodos heurísticos e andragógicos para criação dos conteúdos necessários a uma boa formação.

Por fim, e parafraseando Marlene Scardamalia, alerto que não devemos continuar a comparar o ensino baseado e/ou suportado pelas TICs com o ensino presencial, tentando assim estabelecer vantagens e inconvenientes entre um e outro. O que devemos fazer é investir mais na formação de professores e pesquisar mais profundamente como podemos utilizar as TICs para promover a aquisição e o desenvolvimento de competências para o crescimento e a empregabilidade necessária à era do conhecimento. Afinal, é hora de passarmos dos 0,32% de mestres e 0,12% de doutores. ■